


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0017949-71.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**  
 Requerente: **Priscilla Nunes Missali**  
 Requerido: **Net Serviços**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

Processo nº 1.782/12

PRISCILLA NUNES MASSALI, já qualificada, moveu a presente ação declaratória de inexistência de débito cc. indenização contra NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, também qualificada, alegando ter recebido cobrança de dívida pela empresa *Orcozol*, acabando por descobrir que seu nome já havia sido incluído no Serasa por determinação da ré, no valor de R\$ 426,00 sob a modalidade *OO* originada do contrato nº 426990738/01TE4B datado de 15 de abril de 2011, e também no valor de R\$ 671,00 sob a modalidade *OO* originada do contrato nº 426990738/01RA5H datado de 15 de abril de 2011, contratos que não firmou, destacando que embora a ré tenha se comprometido a cancelar o contrato e o apontamento da dívida, não o fez, de modo que atribui à manutenção indevida dessa inscrição não apenas o abalo do crédito, mas uma dificuldade em obter emprego que já duraria mais de um (01) ano da propositura da ação, reclamando, assim, a declaração de inexistência da dívida, a determinação de cancelamento da inscrição no Serasa e a indenização pelo dano moral.

Não obtida conciliação em audiência preliminar, a ré contestou o pedido sustentando que haveria indícios de dados pessoais como telefone e endereço que permitiriam concluir que a autora de fato foi quem contratou os serviços, postulando a produção de prova pericial grafotécnica para demonstrar que o contrato é legítimo e válido.

O feito foi instruído com prova pericial grafotécnica, à vista da qual as partes se manifestaram nos autos, sem impugnar o trabalho, reiterando suas postulações.

É o relatório.

Decido.

Segundo sustentou a ré em contestação, haveria na prova documental por ela juntada aos autos, indícios de dados pessoais como telefone e endereço que permitiriam concluir que a autora de fato foi quem contratou os serviços, postulando, inclusive, pela produção de prova pericial grafotécnica para demonstrar que o contrato é legítimo e válido.

Contudo, referido trabalho pericial concluiu que *“as assinaturas atribuídas a Priscilla Nunes Missali, exaradas nos documentos apresentados nos autos, (...), não procederam do punho da autora”* (sic. – fls. 150).

À vista dessa conclusão a ré insistiu na tese deque houve efetiva instalação do serviço nos endereços na cidade de Florianópolis-SC.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

Essa tese, contudo, tem por base os mesmos documentos de fls. 73/77 que a prova pericial grafotécnica rejeitou como tendo partido do punho da autora (*vide fls. 150*).

Em resumo, diante do resultado do exame pericial, não restam nos autos outra prova a dar amparo a essa versão, de modo que a conclusão de rigor é a de que o contrato foi firmado em nome da autora mediante fraude, hipótese em que aplicável a determinação contida no art. 14 do Código de Defesa do Consumidor sobre haver aí uma *responsabilidade objetiva* do fornecedor, no caso, da ré.

Diga mais, há, ainda, para a réu, em termos de responsabilidade subjetiva, um “*dever de verificação*” em relação à autenticidade dos documentos da pessoa que se apresenta para abertura de conta corrente, em consequência do que a “*falta dessa atitude que caracteriza culpa, ainda que leve*” do fornecedor (*cf. Ap. nº 914.684-3 - Oitava Câmara Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - MAURÍCIO FERREIRA LEITE Relator*<sup>1</sup>; no mesmo sentido Apelação n. 1.007.998-4 - Nona Câmara Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - LUÍS CARLOS DE BARROS, Relator<sup>2</sup>).

Em contrapartida, não haverá, em favor da ré, falar-se em *exercício regular de um direito* (sic.), pois em casos como o de *abertura de conta fantasma com o CPF da 'vítima-consumidor'*, hipótese equivalente ao caso aqui analisado, cumprirá ao fornecedor observar a *responsabilidade objetiva da relação de consumo (aqui totalmente involuntária)*, pois aplicável o art. 17 do CDC para transformar este terceiro em consumidor e responsabilizar o banco por todos os danos (materiais e extrapatrimoniais) por ele sofridos (*cf. CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM*<sup>3</sup>).

O ilícito contratual, portanto, é inegável, cumprindo reconhecer-se a inexistência da obrigação.

Quanto ao dano moral, é inegável que, a partir da inscrição do nome no Serasa haja restrição de acesso ao crédito, crédito que, “*em sentido amplo, representa um cartão que estampa nossa personalidade, e em razão de cujo conteúdo seremos bem ou mal recebidos pelas pessoas que conosco se relacionam na diuturnidade da vida privada*” (*cf. YUSSEF SAID CAHALI*)<sup>4</sup>, consistindo o só abalo deste crédito num efetivo prejuízo moral.

Cabe considerar, entretanto, que conforme consta dos documentos de fls. 21/22, além da inscrição promovida pela ré, há, em nome da autora, outras inscrições, promovidas pelo Banco Itaú, sob a discriminação *Refin* (01 – fls. 21) e *FI* (04 – fls. 21), além de outra pelo Banco IBI sob a discriminação *CT* (01 – fls. 22) e, ainda, uma anotação de cheque emitido sem provisão de fundos contra o Banco Itaú (01 – fls. 22).

Essa situação de fato impede a este Juízo possa concluir pela existência do dano moral, até porque a petição inicial não noticia senão o abalo de crédito em si como causa desse prejuízo subjetivo, sem que tenha havido efetiva exposição da autora a situação de vexame ou humilhação por conta do apontamento em debate, de modo que é de ser aplicado o entendimento da Súmula nº 385 do Superior Tribunal de Justiça, que consigna expressamente que “*da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento*”.

O pedido de cancelamento definitivo da inscrição no Serasa, entretanto, é procedente, uma vez que reconhecida a inexistência da dívida.

A ação é parcialmente procedente, ficando compensados os encargos da sucumbência.

<sup>1</sup> LEX - JTACSP - Volume 185 - Página 236.

<sup>2</sup> LEX - JTACSP - Volume 190 - Página 94.

<sup>3</sup> CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM, *ob. cit.*, p. 251.

<sup>4</sup> YUSSEF SAID CAHALI, *Dano Moral*, RT, SP, 1998, n. 9.2, p. 358.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que DECLARO INEXISTENTE o débito apontado pela ré NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A em nome da autora PRISCILLA NUNES MASSALI, no valor de R\$ 426,00 sob a modalidade *OO* originada do contrato nº 426990738/01TE4B datado de 15 de abril de 2011, e também no valor de R\$ 671,00 sob a modalidade *OO* originada do contrato nº 426990738/01RA5H datado de 15 de abril de 2011, e DETERMINO O CANCELAMENTO definitivo da inscrição dessas dívidas junto ao Serasa ou outro cadastro de consumidor, compensados os encargos da sucumbência, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 23 de outubro de 2013.

**VILSON PALARO JÚNIOR**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**